CAPACITISMO NA EDUCAÇÃO

MARIA SIMONE ALVES DA SILVA MENEZES

RESUMO
Este artigo aborda o fenômeno do capacitismo na área da educação, explorando suas origens históricas e os desafios que impedem a verdadeira inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar. Examinam-se como o preconceito, muitas vezes disfarçado em práticas pedagógicas e posturas institucionais, dificultam o acesso efetivo, a participação ativa e o desenvolvimento desses alunos. O capacitismo, enquanto construção social tem raízes históricas profundas e está presente em múltiplas dimensões da vida em sociedade, desde os discursos normativos até as práticas cotidianas. Ressalta-se a relevância da formação continuada para educadores, das adaptações curriculares e da colaboração entre escola, família e comunidade para criar espaços educacionais realmente inclusivos. Por meio da análise da legislação vigente e de estudos acadêmicos, o texto defende que vencer o capacitismo requer mudanças nas atitudes, valorização da diversidade e o reconhecimento das habilidades únicas de cada estudante, garantindo, assim, o direito à educação com justiça e respeito às diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Capacitismo; educação; inclusão; equidade.

INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares representa um dos maiores desafios que a educação contemporânea enfrenta em busca de equidade e justiça social. Embora a legislação brasileira, especialmente a Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), garanta o direito à educação para todas as pessoas independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas, a prática educacional ainda está distante de consolidar uma realidade verdadeiramente inclusiva. Isso se deve a diversos fatores estruturais, culturais e pedagógicos, entre os quais se destaca o capacitismo — uma forma específica de preconceito e discriminação direcionada às pessoas com deficiência Ele se manifesta como uma ideologia que valoriza corpos e mentes considerados "normais" em detrimento daqueles que fogem ao padrão hegemônico, promovendo a exclusão, a invisibilidade e a desvalorização das pessoas com deficiência.

No contexto escolar, essa forma de opressão atua como uma barreira atitudinal poderosa, limitando não apenas o acesso e a permanência, mas também a participação ativa e significativa dos alunos com deficiência nos processos de ensino e aprendizagem. Historicamente, a sociedade construiu e perpetuou estigmas que associam a deficiência à incapacidade, à improdutividade ou à dependência, reforçando visões assistencialistas e paternalistas. Tais visões influenciam diretamente as práticas educativas e as relações interpessoais nas escolas, muitas vezes resultando em atitudes sutis, mas profundamente excludentes. Entre essas atitudes, destaca-se a redução das expectativas em relação ao desempenho dos estudantes com deficiência, a superproteção excessiva que limita sua autonomia e a segregação disfarçada sob a justificativa de "atenção especializada", que, em muitos casos, os isola do convívio pleno com os demais colegas.

Esse cenário revela a urgência de refletir criticamente sobre o papel da escola como espaço de convivência democrática, respeito às diferenças e valorização da diversidade humana. Mais do que garantir a presença física dos estudantes com deficiência nas salas de aula regulares, é fundamental assegurar condições para sua real participação, envolvendo o reconhecimento de suas potencialidades, a adaptação dos métodos pedagógicos, a acessibilidade nos recursos e ambientes, e o combate a todas as formas de preconceito e discriminação que possam limitar seu desenvolvimento.

Nesse sentido, este artigo propõe-se a aprofundar o entendimento acerca do capacitismo no contexto educacional, investigando suas origens históricas, suas diversas formas de manifestação no ambiente escolar e os desafios envolvidos na construção de

uma educação genuinamente inclusiva. A análise será fundamentada na produção acadêmica especializada e nos marcos legais que orientam a inclusão no Brasil, buscando identificar as lacunas entre o discurso legal e a realidade prática nas escolas públicas e privadas. Além disso, enfatiza-se a importância da formação continuada dos profissionais da educação como um dos pilares para a superação do capacitismo, aliada à necessidade de revisão dos currículos escolares, incorporação de práticas pedagógicas anticapacitistas, escuta ativa dos estudantes com deficiência e fortalecimento da participação das famílias e da comunidade escolar no processo educacional. Espera-se, assim, contribuir para a construção de um modelo educacional verdadeiramente inclusivo, que reconheça a diferença como valor, promova a equidade e fortaleça os princípios de uma sociedade mais justa, democrática e acolhedora.

RAÍZES HISTÓRICAS E DESAFIOS NA INCLUSÃO ESCOLAR

Para dar início ao artigo, é necessário compreender o real significado da palavra "capacitismo" e como a perspectiva anticapacitista interfere na educação de alunos que vivenciam essa realidade. Assim como existem preconceitos baseados em julgamentos prévios relacionados à etnia, à cor da pele e à condição econômica, também há discriminação voltada a pessoas com algum tipo de deficiência. A esse tipo específico de preconceito dá-se o nome de capacitismo. O capacitismo é a discriminação ou o preconceito direcionado a pessoas com deficiência, fundamentado na ideia de que quem apresenta características físicas, sensoriais ou cognitivas diferentes do considerado "padrão" não é capaz de executar determinadas tarefas ou de alcançar o mesmo nível de desenvolvimento das demais pessoas. Trata-se de um conceito que emerge de um contexto histórico e social excludente. Conforme afirmam Marchesan e Carpenedo (2021, p. 53):

"Enxergar a pessoa com deficiência com base em uma perspectiva pré-concebida, limitante por natureza, provém de uma constituição sócio histórica de pensamentos que fundamentam uma série de preconceitos. Esses pensamentos resultam em ideias que passam a serem disseminadas pelas mais distintas esferas sociais e acabam por afetar todos os sujeitos com deficiência, porque pressupõem que esses sujeitos possuem limitações que lhes incapacitam em todas as instâncias da vida, fazendo com que suas capacidades sejam suprimidas por um discurso totalizante e excludente."

A sociedade está estruturada sob pilares capacitistas, e o ambiente escolar, infelizmente, reproduz esses valores. Com o tempo, essa lógica se naturaliza e se transforma em algo rotineiro, onde pessoas com deficiência passam a ser vistas como inferiores, menos capazes ou incapazes de aprender e conviver em igualdade com os colegas. Aqueles que não possuem nenhuma deficiência são colocados numa posição de superioridade em relação aos que têm alguma limitação — real ou percebida. Essa visão se materializa em diferentes esferas da vida escolar: desde a exclusão direta até as micro violências cotidianas. É importante reforçar que deficiência não é apenas uma condição física ou neurológica individual: ela é, sobretudo, produzida socialmente, através de barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que impedem a plena participação das pessoas. Segundo Copetti e Bisol (2023, p. 417), a exclusão de pessoas com deficiência remonta às sociedades antigas:

"A exclusão de pessoas com deficiência tem raízes históricas e culturais antigas, como na Grécia e Roma Antiga (sacrifícios de bebês com deficiência). Práticas similares ainda ocorrem em algumas tribos indígenas, sob a forma de infanticídio culturalmente justificado (DALL'AGNOL, 2017). Outras categorias de seres humanos podem também ser lidas como menos capazes: a mulher frente ao homem; o negro e o indígena frente ao branco; o gay e a lésbica frente ao heterossexual, a título de exemplos."

Assim como essas outras formas de discriminação, o capacitismo também se manifesta na escola e deve ser combatido com a mesma urgência. O preconceito pode surgir de maneira estrutural, simbólica ou institucional, dificultando a inclusão real dos

estudantes com deficiência no ambiente educacional. Muitas vezes, esse preconceito vem mascarado por boas intenções, como o cuidado exagerado ou a infantilização, mas seus efeitos são igualmente danosos. Desde o século XV, como apontam Rodrigues e Coutinho (2015), pessoas com deficiência foram marginalizadas das atividades sociais, educacionais, culturais e laborais. Por muito tempo, o modelo de sociedade priorizou padrões normativos e excluiu os "diferentes" de sua lógica.

A Constituição Federal de 1988 buscou reverter esse cenário, ao estabelecer, no Art. 3º, o combate a todas as formas de discriminação, e no Art. 205, o direito de todos à educação, com foco no pleno desenvolvimento da pessoa. Entretanto, a prática cotidiana mostra que, muitas vezes, essa inclusão é apenas formal, não se traduzindo em mudanças significativas. Alunos com deficiência visual, por exemplo, ainda são excluídos de aulas de educação física por serem considerados incapazes de participar. Professores e gestores muitas vezes associam deficiência à limitação total, vendo o aluno com deficiência apenas como um ser a ser protegido, e não como um sujeito de aprendizagem. Isso resulta em exclusões mascaradas de cuidado. Essas atitudes geram impactos diretos na autoestima e no desenvolvimento da identidade desses estudantes. Quando são vistos apenas como "a criança deficiente" e não como sujeitos capazes, com múltiplas potencialidades, começam a internalizar a ideia de incapacidade. Isso pode levar à exclusão escolar, ao baixo rendimento e, em casos mais graves, ao abandono da escola.

O aluno deixa de se enxergar como agente de sua própria história e passa a reproduzir o olhar excludente que recebe do ambiente escolar. O capacitismo manifesta-se também de forma velada, em expressões como superproteção, paternalismo ou invisibilização. É comum que familiares e professores, muitas vezes com boas intenções, imponham barreiras emocionais ao pleno desenvolvimento da criança. Isso se torna ainda mais evidente quando os professores mantêm expectativas pedagógicas reduzidas para esses estudantes, privando-os de desafios cognitivos por medo de "sobrecarregá-los". Segundo Pagaime (2021, p. 7): "O capacitismo pode ser tão sutil e estar naturalizado em nossa prática que se faz necessário um olhar atento para identificá-lo e uma postura ativa para desconstruí-lo".

A pesquisadora Maria Teresa Eglér Mantoan, uma das principais referências em inclusão escolar no Brasil, também destaca que o problema não está nos alunos, mas sim na escola, que precisa se transformar para acolher a todos. Mantoan defende que a inclusão não deve ser vista como um processo lento e gradual, mas sim como uma mudança radical de paradigma, onde as diferenças sejam compreendidas como parte da natureza humana. Para ela, "escola é lugar de todos" e não deve excluir ninguém com base em padrões idealizados. Além disso, Mantoan critica o argumento de que as escolas "não estão preparadas" para a inclusão, pois isso reforça a ideia de que a exclusão é aceitável até que existam condições ideais. Ao contrário, ela acredita que é o desafio da presença do aluno com deficiência que impulsiona a escola a se transformar. Sem esse desafio, não há mudança. Em suas palavras: "Quanto mais rápido esse processo de transformação da escola tradicional para uma escola de melhor qualidade ocorrer, mais a inclusão será uma realidade".

Em síntese, o capacitismo escolar vai além da exclusão direta: ele se infiltra nas expectativas, na forma como as capacidades são avaliadas, nas práticas pedagógicas e nos discursos institucionais. A luta anticapacitista exige reconhecer essas estruturas, desconstruí-las e substituí-las por práticas verdadeiramente inclusivas. Isso passa por formação docente crítica, escuta ativa, adaptação curricular e valorização da singularidade de cada aluno. Alunos com deficiência não devem ser vistos como exceções a serem toleradas, mas como sujeitos plenos de direito e protagonistas de sua própria aprendizagem e da vida escolar.

INCLUSÃO FORMAL X INCLUSÃO REAL NO AMBIENTE ESCOLAR PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Existe uma grande diferença entre a inclusão formal e a inclusão real no ambiente escolar para alunos com deficiência. A inclusão formal consiste na matrícula do aluno na escola regular, sua presença física em sala de

aula junto aos colegas sem deficiência, frequentando as aulas e participando minimamente da rotina escolar. No entanto, a mera presença não garante a participação efetiva nas atividades escolares. Muitas vezes, esses alunos estão fisicamente presentes, mas são excluídos das práticas pedagógicas e sociais, permanecendo à margem das oportunidades de aprendizagem. Isso acontece porque a inclusão formal não se preocupa com as adaptações necessárias para garantir o acesso pleno ao conteúdo, à interação social e à participação ativa. Sem adaptações curriculares, sem apoio pedagógico específico, sem acessibilidade física e sem um ambiente acolhedor, essa inclusão se torna meramente simbólica.

Por outro lado, a inclusão real vai muito além da presença física. Trata-se de garantir a participação significativa dos alunos com deficiência no processo de ensino-aprendizagem, respeitando suas necessidades, seus ritmos e potencialidades. É preciso que haja uma reorganização das práticas pedagógicas, com adaptações de conteúdo e metodologia, oferta de recursos e tecnologias assistivas, além de uma escuta ativa do que esses alunos e suas famílias têm a dizer. A inclusão real promove o protagonismo do aluno com deficiência, valorizando suas competências e assegurando sua autonomia. Não se trata apenas de estar presente, mas de estar inserido em um ambiente onde se sinta valorizado e capaz de construir seu conhecimento. No entanto, apesar dos avanços legais e teóricos, o cotidiano escolar ainda apresenta muitas práticas que se dizem inclusivas, mas que reproduzem o capacitismo e a exclusão. Um exemplo recorrente é o papel de "babá" que alguns professores assumem em relação aos alunos com deficiência. Em vez de incluí-los nas atividades, eles buscam protegê-los excessivamente, evitando que se envolvam em situações que possam ser desafiadoras. Essa postura, ainda que motivada por cuidado, reforça a ideia de fragilidade e inferioridade desses alunos, prejudicando sua autonomia e desenvolvimento. Outra prática problemática é a segregação disfarçada.

É comum que alunos com deficiência sejam afastados da turma para realizar atividades adaptadas em espaços ou horários diferentes, muitas vezes isolados. Embora a adaptação seja necessária, o distanciamento físico da turma é prejudicial e contradiz os princípios da inclusão. Alunos com deficiência visual, motora ou com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm total capacidade de participar das mesmas propostas pedagógicas que seus colegas, desde que o planejamento escolar seja sensível e contemple as necessidades específicas, com recursos e mediação adequados.

Além disso, muitos professores concentram sua atenção apenas na socialização desses alunos, como se essa fosse à única finalidade da inclusão. Isso ignora o fato de que a escola é um espaço de aprendizagem para todos. Quando o conteúdo é direcionado apenas para os alunos tidos como "capazes", a escola se torna seletiva e excludente, negando o direito fundamental à educação para os alunos que necessitam de estratégias diferenciadas para aprender. O capacitismo, ou seja, o preconceito e discriminação contra pessoas com deficiência, está profundamente enraizado nas instituições escolares. Ele se manifesta como uma barreira atitudinal, baseada em pressupostos equivocados sobre as capacidades desses alunos. Como afirmam Marchezan e Carpenedo (2021, p. 50):

"O capacitismo está focalizado nas supostas 'capacidades das pessoas sem deficiência' como referência para mostrar as supostas 'limitações das pessoas com deficiência'. No capacitismo, a ênfase é colocada nas supostas 'pessoas capazes', as quais constituem a maioria da população e são supostamente consideradas 'normais'."

Essa visão preconceituosa não é natural, mas fruto de construções sociais e históricas que fundamentam uma série de estigmas. Marchesan e Carpenedo (2021) explicam que a visão limitante sobre pessoas com deficiência não é inata, mas se origina de uma construção sócia histórica de pensamentos preconceituosos. Essas ideias são disseminadas nas esferas sociais, levando à crença de que indivíduos com deficiência possuem limitações que os incapacitam em diversos aspectos da vida, o que suprime suas capacidades por meio de um discurso totalizante

e excludente (p. 53). Na prática, tanto professores quanto colegas podem exercer o capacitismo. Alunos com TEA, por exemplo, muitas vezes têm sua dificuldade de interação e comunicação interpretada como incapacidade para aprender.

Segundo a Associação Americana de Psiquiatria (2014), o autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a organização dos pensamentos, emoções e comportamentos, requerendo atenção pedagógica diferenciada. Porém, muitos desses alunos possuem habilidades excepcionais em áreas específicas, que, se reconhecidas e valorizadas, podem ser fonte de motivação e aprendizado. Uma triste consequência do capacitismo é a exclusão mesmo que "bem intencionada". Por vezes, há sugestões para que alunos com deficiência estudem em casa ou em turmas separadas, o que compromete seu desenvolvimento integral. Sobre isso, Cunha (2016, p. 37) alerta: "Alunos que vivem isolados ou sem interação com os demais, sofrerão consequências que podem persistir durante um longo período e abranger dimensões do seu desenvolvimento psicossocial." Além da exclusão social, essas práticas reforçam o isolamento e a invisibilidade desses alunos. Na sociedade, ainda persiste a ideia equivocada de que a deficiência deve ser "curada" ou "corrigida", como se fosse uma doença ou defeito. Isso revela uma profunda incompreensão sobre o que é a deficiência: não uma enfermidade, mas uma condição que exige respeito à diferença e a eliminação de barreiras. Como defende Mantoan (2015), a escola é que precisa se transformar, e não o aluno. Vale lembrar que a exclusão escolar de pessoas com deficiência tem raízes históricas profundas.

É importante ressaltar que a exclusão de pessoas com deficiência não é um fenômeno recente, mas possui raízes históricas e culturais profundas, remontando a práticas da Grécia e Roma Antiga, onde ocorriam inclusive sacrifícios de bebês com deficiência (Copetti e Bisol, 2023, p. 417). Essas práticas e concepções ultrapassadas ainda reverberam hoje, embora de formas mais sutis, por meio da omissão, negligência e paternalismo. Portanto, os professores precisam se reconhecer como educadores de todos os alunos, promovendo formação continuada, revisando seus métodos e desenvolvendo sensibilidade para lidar com as diversas realidades. A inclusão exige transformação curricular, metodológica e, principalmente, atitudinal. A ausência de preparo pode levar o professor, mesmo sem intenção, a excluir o aluno com deficiência, deixando-o para trás, sem adaptações adequadas e negligenciando sua presença. As escolas precisam se reorganizar para acolher todas as crianças, independentemente de suas condições sociais, culturais ou físicas. Essa reorganização deve ir muito além da instalação de rampas e banheiros adaptados. É fundamental repensar o currículo, valorizar a escuta das famílias e dos próprios estudantes, e garantir que todos se sintam pertencentes ao ambiente escolar. Marchesan e Carpenedo (2021) afirmam que a percepção limitante sobre a pessoa com deficiência deriva de uma construção sócia histórica de pensamentos preconceituosos. Tais ideias, ao se disseminarem, tendem a afetar indivíduos com deficiência, suprimindo suas capacidades por meio de discursos que os rotulam como incapazes em diversas esferas da vida (p. 53). A inclusão plena só será possível quando houver acesso, permanência, pertencimento e participação efetiva. O desafio é grande, mas possível e urgente. Por isso, é fundamental que o corpo docente, os gestores escolares e toda a comunidade educativa estejam preparados para acolher todos os estudantes, combatendo o capacitismo de forma ativa e consciente. Alunos com deficiência são tão capazes quanto qualquer outro de aprender, crescer e transformar o mundo.

FORMAÇÃO CONTINUADA E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA

Por fim, é necessário que o corpo docente compreenda que a formação para uma educação mais inclusiva deve partir do que a escola realmente pode e deve oferecer aos alunos com deficiência. Esse processo não é simples nem instantâneo, requer planejamento, reflexão e constante adaptação para responder às demandas individuais de cada estudante. A formação continuada precisa ser construída a partir das necessidades reais da população escolar, o que significa

que deve ser vivida, analisada e constantemente replanejada pelos seus protagonistas — professores, supervisores educacionais e gestores escolares. É fundamental que esses profissionais tenham capacidade analítica e reflexiva, além de adotarem procedimentos de intervenção que efetivamente contribuam para a inclusão (Franco, 2009, p. 10). Os professores necessitam adquirir e atualizar continuamente conhecimentos e práticas para adaptar-se às necessidades específicas de cada aluno que exige um ensino adaptativo. Isso significa que a formação deve contemplar não só técnicas pedagógicas, mas também o desenvolvimento da empatia, do respeito à diversidade e o combate ao capacitismo, que ainda permeia o ambiente escolar. A educação inclusiva tem como objetivo a integração de todos no ambiente escolar, sem exceções ou segmentações.

O professor é a figura central nesse processo, pois é ele quem apresenta os conteúdos que serão aprendidos, seja para estudantes com ou sem deficiência, sendo também o mediador entre o conteúdo e os alunos. A formação continuada enfrenta diversos desafios, pois precisa ser integrados à realidade da escola e às suas problemáticas, desafios e oportunidades. Tudo começa pela qualidade das informações que o professor recebe, pela identificação precisa de quais alunos têm deficiência, de que tipo é essa deficiência e, principalmente, de como integrá-los de forma natural no cotidiano escolar. Cada aluno com deficiência apresenta uma maneira própria de ser incluído, e não é possível esperar uma mudança radical imediata. O processo deve ser construído gradualmente, adaptando-se a cada aluno, respeitando seu modo de aprendizagem e integração. Além disso, existe toda uma estrutura que apoia essa integração, partindo do corpo docente e se expandindo por meio da adaptação curricular, da tecnologia assistida oferecida aos alunos e do ensino diferenciado. Não é apenas uma questão de mudar o ensino, mas de garantir que todos esses elementos trabalhem juntos para formar estudantes competentes e integrados. Projetos como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano Educacional Individualizado (PEI) auxiliam na construção desse novo modelo de ensino integrado, facilitando a execução de práticas pedagógicas mais inclusivas e compreensivas. Porém, há dificuldades na implementação da formação continuada, como a falta de tempo dos professores, a resistência às mudanças necessárias e o interesse variável dos docentes em atender adequadamente às necessidades individuais dos alunos. Afinal, grande parte do sucesso depende do desejo e empenho do professor em adaptar seu ensino para todos. A falta de tempo compromete a eficácia dos programas de formação. Como ressalta Duek (2014, p. 25):

"Os programas de formação continuada proporcionam aos professores novas estratégias e recursos que, quando aplicados corretamente, podem resultar em melhorias substanciais na prática pedagógica e na integração de alunos com necessidades especiais."

Além disso, é fundamental que esses programas incorporem a flexibilidade necessária para atender às diversas demandas dos professores, permitindo a adaptação de conteúdos e metodologias ao contexto específico de cada instituição. A formação continuada tem mostrado impacto significativo na melhoria da prática educativa e na inclusão escolar, conforme apontam diversos estudos e evidências. As escolas, por sua vez, precisam mudar para acolher a diversidade e garantir que todas as crianças sejam atendidas, independentemente de suas condições sociais, culturais e características pessoais. Esse é um tema que gera muitos debates e questionamentos sobre o que é melhor para crianças com necessidades especiais versus aquelas consideradas "normais". Pessoas com deficiência são seres humanos que merecem atenção, respeito e devem ser aceitas pela sociedade sem discriminação. Infelizmente, a realidade ainda é bem diferente, e muitas barreiras precisam ser derrubadas para que essas pessoas se tornem cidadãs plenas, usufruindo de seus direitos e qualidade de vida (Provin, 2015, p.16). No que diz respeito às adaptações curriculares, como já mencionados, as escolas devem acolher todos os alunos, independentemente da deficiência que apresentem.

O currículo escolar precisa prever uma edu-

cação inclusiva que considere as diferenças e a diversidade como um todo, promovendo adaptações que garantam o acesso e a permanência no processo de ensino-aprendizagem de forma significativa, seja a deficiência social, linguística, intelectual ou de qualquer outra natureza. É essencial ouvir o aluno com deficiência e não apenas compreendê-lo, mas também executar as adaptações necessárias para garantir sua efetiva participação. A inclusão demanda uma articulação constante com famílias, gestores e comunidade escolar, além de uma formação docente que promova ambientes acolhedores e estratégias compartilhadas de inclusão. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) condena qualquer prática, omissão ou atitude que prejudique o exercício pleno dos direitos das pessoas com deficiência, exigindo adaptações razoáveis e acesso às tecnologias assistivas para garantir igualdade de condições. Conforme o artigo 4º, §1º da LBI: "(...) toda forma de distinção, restrição e exclusão [...] que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar [...] deve ser combatida" (BRASIL, 2015, art. 4º, §1º). É imprescindível reconhecer, identificar e desconstruir o capacitismo em todas as esferas sociais, especialmente na escola. A mudança verdadeira passa pela formação crítica dos educadores, pela promoção de uma educação anticapacitistas e pela valorização da diversidade humana como princípio basilar da construção social.

AMPLIANDO A REFLEXÃO SOBRE INCLUSÃO E CAPACITISMO

A inclusão real ultrapassa o conceito simplificado da matrícula e presença física do aluno na escola — o que chamamos de inclusão formal. A verdadeira inclusão, ou inclusão efetiva, consiste em garantir que esses alunos participem ativamente de todas as práticas pedagógicas, respeitando seus ritmos, necessidades e potencialidades, e promovendo a equidade no processo de ensino-aprendizagem. Infelizmente, em muitos ambientes escolares, ainda existem práticas que, sob o pretexto de inclusão, acabam reforçando o capacitismo. Um exemplo recorrente é o papel de "babá" que alguns professores acabam assumindo, na tentativa de proteger o aluno com deficiência de eventuais dificuldades ou riscos durante as atividades. Essa postura, apesar da boa intenção, desconsidera as reais capacidades do estudante e acaba por reforçar a ideia equivocada de que ele é incapaz, frágil ou inferior. Outro problema comum é a segregação velada, quando o aluno é separado da turma para realizar atividades adaptadas em outro espaço ou horário. Adaptar atividades é fundamental, mas isso não deve significar exclusão ou isolamento.

Alunos com deficiências visuais, motoras ou mesmo com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm plenas condições de participar das mesmas propostas que seus colegas, desde que haja planejamento, sensibilidade e investimento em acessibilidade e mediação pedagógica. Em muitos casos, a socialização dos alunos com deficiência é priorizada em detrimento do aprendizado. Isso ocorre quando a presença desses estudantes é vista como um símbolo, sem a devida preocupação com seu desenvolvimento cognitivo e educacional. O ensino seletivo, que apresenta conteúdos apenas para os alunos considerados "capazes", perpetua a exclusão e viola o direito fundamental à aprendizagem de todos, especialmente daqueles que mais necessitam de atenção e estratégias diferenciadas. O capacitismo, entendido como o ato de discriminação, preconceito ou opressão contra pessoas com deficiência, está profundamente enraizado no cotidiano escolar. Ele se manifesta como uma barreira atitudinal que impõe limites baseados em suposições sobre o que esses alunos "não são capazes" de realizar. Conforme destacado por Marchesan e Carpenedo (2021, p. 50): "O capacitismo está focalizado nas supostas 'capacidades das pessoas sem deficiência' como referência para mostrar as supostas 'limitações das pessoas com deficiência'." Essa visão preconceituosa não surge do nada, mas está ligada a uma constituição sócio histórica de pensamentos que sustentam diversos preconceitos. Marchesan e Carpenedo (2021) argumentam que a percepção limitante da pessoa com deficiência advém de uma construção sócio histórica de ideias que embasam preconceitos, sendo disseminadas nas diversas esferas sociais e impactando indivíduos com deficiência ao pressupor limitações que os incapacitam em todas as instâncias da vida, o que leva à supressão

de suas capacidades por um discurso totalizante e excludente (p. 53).

Na prática, tanto professores quanto colegas podem ser agentes do capacitismo, muitas vezes de forma inconsciente. No caso dos alunos com TEA, por exemplo, sua dificuldade de interação e comunicação é equivocadamente interpretada como incapacidade de aprendizagem. A Associação Americana de Psiquiatria (2014) define o autismo como um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a organização dos pensamentos, emoções e comportamentos, demandando atenção pedagógica diferenciada. No entanto, muitos desses alunos possuem habilidades excepcionais em áreas específicas e, quando essas são valorizadas, a aprendizagem pode ser amplamente potencializada. A exclusão, mesmo que bem-intencionada — como a ideia de que alunos com deficiência deveriam estudar em casa ou em turmas separadas — compromete seu desenvolvimento integral. Como ressalta Cunha (2016, p. 37): "Alunos que vivem isolados ou sem interação com os demais, sofrerão consequências que podem persistir durante um longo período e abranger dimensões do seu desenvolvimento psicossocial." Além disso, a sociedade mantém a ideia equivocada de que a deficiência precisa ser "curada" ou "corrigida", como se fosse uma doença ou falha a ser superada. Isso demonstra uma profunda incompreensão sobre a deficiência, que, na realidade, é uma condição que exige respeito às diferenças e a eliminação das barreiras que impedem o pleno exercício dos direitos. Conforme defende Mantoan (2015), é a escola que precisa mudar, e não o aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada neste artigo evidencia que o capacitismo, embora muitas vezes naturalizado no cotidiano escolar, ainda representa uma das principais barreiras à inclusão de alunos com deficiência. Enraizado em concepções históricas e sociais excludentes, esse preconceito impede que esses estudantes sejam reconhecidos como sujeitos plenos de direitos, limitando suas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. Compreender que a inclusão vai além da presença física na sala de aula é essencial. Trata-se de assegurar a participação ativa desses alunos nas práticas escolares, reconhecendo suas especificidades, respeitando seus ritmos e promovendo o acesso ao conhecimento de maneira equitativa.

A inclusão real exige mudanças profundas, não apenas na estrutura escolar, mas também nas atitudes, discursos e práticas pedagógicas. Nesse processo, a formação continuada dos professores se mostra indispensável, pois oferece ferramentas e reflexões que permitem adaptar o ensino às diferentes realidades presentes em sala. O envolvimento da comunidade escolar como um todo, incluindo gestores, famílias e estudantes, é igualmente importante para que a escola se transforme em um ambiente verdadeiramente acolhedor e inclusivo. A efetivação de leis e políticas, como a Lei Brasileira de Inclusão, também desempenha um papel relevante, mas sua aplicação concreta depende do engajamento diário dos profissionais da educação. É por meio desse compromisso que será possível romper com práticas capacitistas e garantir que todos os alunos, com ou sem deficiência, tenham acesso a uma educação de qualidade. Portanto, combater o capacitismo e fortalecer a educação inclusiva é uma tarefa urgente e inadiável. Isso significa reconhecer que a diversidade não é um obstáculo ao ensino, mas uma riqueza que enriquece o processo educativo e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humana.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, Eliane P. de. Capacitismo e inclusão escolar: por uma educação antidiscriminatória. Anais do Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2015/pdf/2409_9965.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 2 jul. 2025.

BRASIL. Miniguia sobre capacitismo. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 2020. Disponível em: https://www.tst.jus.br/documents/10157/0/Miniguia_Capacitismo.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Capacitismo é barreira para educação inclusiva, dizem especialistas. Portal da Câmara, Brasília, 11 set. 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1010921. Acesso em: 17 jun. 2025.

COPETTI, Aline M.; BISOL, Cláudia A. O capacitismo como barreira para a inclusão escolar. Colóquios – Geplage – PPGED – CNPq, v. 4, p. 415-419, maio 2023. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/coloquios/article/view/10982. Acesso em: 17 jun. 2025.

COPETTI, Camila A. G.; BISOL, Cláudia A. Capacitismo e a negação do direito à educação: por uma educação inclusiva e anticapacitista. Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280009, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/MvGVBBJzjRGLGZpsnW6HvVt. Acesso em: 17 jun. 2025.

COPETTI, C.; BISOL, L. M. A exclusão histórica de pessoas com deficiência: raízes e impactos sociais. Revista Educação e Inclusão, v. 12, n. 3, p. 410-425, 2023.

CUNHA, M. C. Impactos psicossociais da exclusão escolar em alunos com deficiência. Psicologia & Sociedade, v. 28, n. 1, p. 30-40, 2016.

DALL'AGNOL, Darlei. Infanticídio em tribos indígenas: respeito à cultura ou violação de direitos humanos? In: SANTOS, J. E. dos (org.). Ética e direitos humanos: perspectivas atuais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

DALL'AGNOL, S. Práticas culturais e exclusão social: reflexões sobre infanticídio em tribos indígenas. Revista Antropologia e Cultura, v. 15, n. 2, p. 55-69, 2017.

DUEK, M. Educação inclusiva: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2014.
FRANCO, M. A formação continuada do professor para a inclusão escolar: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 9-20, 2009.

GRACIA, Eliane. Educação inclusiva: o que a escola pode fazer? São Paulo: Cortez, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação especial de deficientes mentais: o itinerário de uma experiência. 1987. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 9. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 15. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015.

MARCHESAN, Ana Paula; CARPENEDO, Francieli. Educação inclusiva: um debate necessário no campo da diferença. In: FERRAZ, D. M.; CARPENEDO, F. (org.). Educação e diversidade: desafios da escola contemporânea. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2021. p. 31–53.
MARCHESAN, L. C.; CARPENEDO, E. A. Capacitismo: fundamentos e consequências para a pessoa com deficiência. Revista Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 24, n. 2, p. 47-60, 2021.

PAGAIME, Cristiane. Capacitismo: guia para uma prática anticapacitista na educação. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2021. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/11/Miniguia-Capacitismo-2021.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

PAGAIME, L. O. O capacitismo na educação: reflexões e ações para a transformação. Re-

vista Educação Especial, v. 34, n. 1, p. 5-15, 2021.

PROVIN, M. Inclusão escolar e superação das barreiras: estratégias para a educação inclusiva. Educação em Foco, v. 5, n. 1, p. 10-20, 2015.

RODRIGUES, D. F.; COUTINHO, M. J. V. Educação inclusiva: com os pingos nos is. São Paulo: Cortez, 2015.
RODRIGUES, P.; COUTINHO, M. S. A exclusão da pessoa com deficiência: um problema histórico. Revista História & Educação, v. 23, n. 1, p. 75-90, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SCHEWINSKY, V. M. A inclusão escolar de pessoas com deficiência na história da educação: um olhar retrospectivo. Curitiba: UNICENTRO, 2004.

SILVA, Georgton Anderson da. Educação escolar de negros com deficiência é marcada por capacitismo e racismo. [Depoimento a Gabriela Varão]. Jornal da USP, São Paulo, 6 jun. 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/diversidade. Acesso em: 17 jun. 2025.

VARÃO, Gabriela. Educação escolar de negros com deficiência é marcada por capacitismo e racismo. Jornal da USP, São Paulo, 6 jun. 2024. Disponível em: https://jornal.usp.br/diversidade. Acesso em: 17 jun. 2025.

VENDRAMIN, Cristiane. Educação especial e preconceito: o capacitismo na escola. Curitiba: Appris, 2019.